

Corporeidades e construção de identidades negras através do YouTube: um estudo exploratório do Papo DePretas¹

GT 6 - Corpo, Gênero e Subjetividade

Natália Fernanda Santos de Oliveira²
Flávia Martins dos Santos³
Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira⁴
Universidade Federal de Goiás, Goiás, GO

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo problematizar os estereótipos de beleza impostos sobre as mulheres negras, questionando a construção de identidades no imaginário social por meio das práticas discursivas e padrões estéticos que excluem e minimizam. Tal proposta se mostra relevante para refletir acerca do que é identidade, diferença, a representação da mulher negra na sociedade diante do racismo estrutural e como se dá o processo de valorização de sua própria identidade, interseccionada pelos aspectos de raça, gênero e corporeidade. Além disso, pretende discutir a importância da presença dessas práticas discursivas no contexto midiático, com um estudo exploratório do Canal do YouTube Papo dePretas, de Gabi Oliveira. Tais práticas podem ser utilizadas para (des)construir identidades estereotipadas e trazer novas narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher negra; Padrões estéticos; Racismo estrutural; Interseccionalidade; Identidade.

INTRODUÇÃO

Cada pessoa é formada por identidades, diferenças e identificações (HALL, 2006) que moldam as características, preferências e a trajetória no meio social através das conexões criadas ao longo do tempo. Nesse sentido, partilhamos do princípio que todas as identidades são construídas em sociedade, compartilhando experiências, criando conexões com outras pessoas e trilhando uma jornada que está em constante reconstrução⁵.

O seguinte trabalho visa refletir teoricamente a construção identitária das mulheres negras e sua corporeidade, interseccionada pelos aspectos de raça e gênero. Além disso,

¹ Trabalho apresentado na IJ03 – Relações Públicas e Comunicação Social, da Intercom Júnior, XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduanda em Relações Públicas pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FIC/UFG. Professora Adjunta do curso de Relações Públicas da FIC/UFG. E-mail: flaviamartins21@gmail.com

⁴ Coorientador do trabalho. Doutorando e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FIC/UFG. Professor nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Sul-Americana. E-mail: mayllon.lyggon@gmail.com

⁵ Tal posicionamento é comum às perspectivas teóricas que nos orientam nesse trabalho: o Construcionismo Social, as Teorias Feministas e os Estudos Culturais.

pretendemos discutir a importância da presença das práticas discursivas dessas próprias mulheres no contexto midiático.

A figura da mulher negra historicamente construída no imaginário e no cotidiano social detém uma narrativa muito específica, geralmente contada por terceiros. Com a escravidão, o protagonismo do povo negro foi minimizado à submissão, inferioridade e agressão, mas não se resume a isso. A história da população negra é de resistência contra a violência dos senhores de engenho e capatazes, de coragem para resistir e lutar contra a posição de escravo, da força pela construção e existência dos quilombos, perpassando pela luta antirracista em busca de direitos, entre muitos outros momentos históricos (NASCIMENTO, 1978).

Dessa forma, o protagonismo das mulheres negras foi, ainda é e sempre será essencial para compreender a história do povo negro para além da narrativa branca apresentada, reconhecendo, assim, o perigo de uma história única (ADDICHIE, 2018). Quando uma mulher negra assume o seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017), todas as outras se mobilizam para falar em uníssono e as vozes alheias se calam.

A imagem da mulher negra construída no imaginário social é de submissão, inferioridade e hiperssexualização de seus corpos (GONZALES, 1984). Visto que o entendimento do senso comum sobre “ser mulher” parte do pressuposto de ter o sexo biológico feminino, moldado sob uma delicadeza e beleza frágil, tal compreensão se mostra extremamente perigosa por reservar espaços e tratamentos específicos à essas pessoas. A mulher negra sempre foi sinônimo de força e resistência desde às lutas antiescravistas, portanto, no imaginário social, essas mulheres não são vistas como detentoras da feminilidade, surgindo, assim, a necessidade de discutir a interseccionalidade de raça e gênero a partir do feminismo negro (DAVIS, 1981).

Ao analisar como o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e as desigualdades de gênero são construídas e sustentadas socialmente, percebemos como o imaginário social pode determinar e influir nas trajetórias pessoais de construção de identidades e percepção sobre si mesmo. A falta de reconhecimento sobre sua própria identidade, sua ancestralidade, reforçada pelo pensamento racista e machista, impede que as mulheres negras possam contemplar positivamente seus traços, sua estética e ocupar locais que são seus por direito.

Na era digital, vemos a mudança progressiva desse cenário por meio do uso das mídias digitais como ferramenta de diálogo, troca de conhecimento e opinião. Nesse espaço, influenciadoras, intelectuais e internautas negras trazem à tona aspectos das identidades que lhes formam e se orgulham desses marcadores, subvertendo assim a ordem que outrora as inferiorizava. Nesse trabalho, empenhamo-nos em compreender como o feminismo negro e as

práticas discursivas compartilhadas pelas mulheres negras, sobretudo por meio das mídias sociais, podem atuar para ressignificar a trajetória e o imaginário social sobre tais corpos.

1. A construção social do sujeito segundo as identidades, diferenças e cultura

A definição do indivíduo pós-moderno está intrinsecamente ligada às relações sociais que constroem e desconstróem os sujeitos e suas identidades. Ao analisarmos o sentido de identidade, cultura e a diferença, elementos que nos moldam enquanto seres humanos, atingimos uma complexidade muito maior. Por isso, para compreender o conceito de identidade, em especial, é importante compreender que a nossa própria existência se baseia nas diferenças que nos tornam seres únicos. Sendo assim, para compreender o conceito de identidade, deve-se pensar a partir das diferenças (SILVA, 2000).

As mudanças sociais exemplificam a complexidade em torno dos conceitos de formação de identidades, aprofundando as questões de raça, gênero, sexualidade e classe que começaram a surgir séculos depois – bem como seus conflitos. Stuart Hall (2006) apresenta a questão de identidade como sendo o ponto de encontro entre os discursos e práticas que nos moldam como seres sociais e também detentores de subjetividades, trazendo três diferentes concepções de sujeitos para exemplificar seu argumento: o sujeito do iluminismo – centrado em seu núcleo interior, o sujeito sociológico – formado a partir da interação entre o indivíduo e a sociedade – e o sujeito pós-moderno – composto por várias identidades, podendo até mesmo serem contraditórias entre si.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, p. 13, 2006).

Ou seja, nesta última concepção, o indivíduo pode se perceber em uma série de contradições entre o que ele é – ou acredita ser – enquanto pessoa e as constantes mudanças que são construídas e impostas socialmente ao longo de sua trajetória. Somos metamorfoses que se adaptam ao tempo, ao momento e de acordo com as experiências que nos direcionam a caminhos completamente distintos.

Entretanto, é preciso pensar a questão da identidade também por outros aspectos. Segundo Tomas Tadeu da Silva (2000), a identidade é caracterizada como “simplesmente aquilo que se é”, tendo em si mesma o conceito completo e autossuficiente. Tais definições

simplificam o debate, visto que essa significação pura e simples não aborda as construções sociais, culturais e discursivas que tornam o termo complexo.

Stuart Hall aborda de forma sábia e objetiva a respeito da cultura enquanto formadora não só de diferentes sociedades, mas seus impactos sobre as próprias pessoas:

O impacto das revoluções culturais sobre as sociedades globais e a vida cotidiana local, no final do século XX, parece tão significativo e abrangente que justifica a afirmação de que a substantiva expansão da "cultura" que hoje experimentamos, não tem precedentes. Mas a menção do seu impacto na "vida interior" lembra-nos de outra dimensão que precisa ser considerada: a centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social (HALL, 1997, p. 23)

Quando buscamos por alguém ou algo semelhante a nós, estamos reforçando uma ideia de identidade na qual acreditamos – visto que está sempre em constante mudança e evolução – e acentuando a diferença entre aquilo que somos e outro, já que quando afirmamos que “somos” algo, dizemos também que “não somos” outros diferentes de nós. Isto é, sempre que afirmamos uma identidade, estamos negando outras identidades possíveis e, mais ainda, afirmando as diferenças entre a nossa identidade e outras identidades. Jogo que é inerente à linguagem (SILVA, 2000).

Mesmo parecendo antagônicos, os termos se complementam para formar o indivíduo, especialmente em sua manifestação por meio da linguagem, sendo passadas de geração em geração através da cultura. Analisando criticamente, somos baseados em um sistema de diferenças que constituem (e são constituídos pela) linguagem e outros aspectos já citados – como a cultura, identidade e o próprio conceito de diferença.

Sendo assim, as identidades constituem as pessoas, mudando de acordo com os processos transformadores ditados pelo sistema cultural. Além de abordar a possibilidade de construção identitária pelas próprias mulheres negras por meio de mídias sociais, discutiremos também essa construção de identidade sob uma perspectiva social e cultural, especialmente os estereótipos sobre os corpos das mulheres negras e as diferenças existentes que as relegam a determinadas posições na sociedade.

2. Gênero, feminilidade e padrões estéticos

As concepções sociais de gênero colocaram as mulheres num papel subalterno e de submissão. Por isso, diversos estudos teóricos feministas apontaram as relações de poder que geram desigualdades em relação aos homens. Segundo Butler (2003), o gênero não depende do sexo, mas faz parte de um sistema de significação no qual o sexo também é produzido.

Compartilhando de uma opinião semelhante, Rubin afirma que “o gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta” (RUBIN, 1993, p.11).

Para as duas autoras, sexo e gênero fazem parte de um mesmo sistema e, portanto, não devem ser pensados em separados. Isso é importante à medida que as autoras se localizam nesse sistema para justificar que o sexo, assim como o gênero, também é um produto sociocultural, tendo em vista que o sexo é fruto dos discursos produzidos pelas ciências biomédicas (RUBIN, 1993; BUTLER, 2003).

Além disso, tal sistema demanda um conjunto de práticas discursivas e atos corporais que são constantemente reiterados e organizados em torno de um ideal identitário daquilo que vem a ser “uma mulher” ou “um homem” (BUTLER, 2003). Essa reiteração vem acompanhada de uma constante atualização e se materializa diretamente nos corpos das pessoas, fazendo com que elas estejam sempre sujeitas à relações de poder, não sem resistência⁶, que ditam como elas devem agir, se perceber e serem percebidas.

A partir dessa construção social do gênero, nota-se que parece sempre existir um lado superior e outro inferior, mais forte ou mais frágil – encaixando neste último as mulheres. Tal classificação é capaz de designar determinados locais nas camadas sociais, seja de inclusão ou exclusão.

Bourdieu (2014) afirma que a própria atribuição de características de feminilidade ao corpo feminino também é construída socialmente por um sistema repleto de preconceitos enraizados, capazes de criar padrões cada vez mais exigentes e inalcançáveis para as mulheres, como os relacionados à beleza.

Ao longo de tantos anos, é possível perceber como as mudanças são significativas no processo de percepção de beleza e classificação do corpo feminino, que se alteram de acordo com a época⁷. Desde mulheres com corpos fartos nos séculos XIV e XVI, às mulheres extremamente magras e altas nos anos de 1970. Mesmo em épocas totalmente distintas, encontramos semelhanças entre os períodos: o caráter mutável dos padrões e a representação da classe dominante – sobretudo ditada por sociedades patriarcais, como critério de beleza.

Assim como as identidades são construídas em sociedade, a beleza também segue uma construção social determinada e determinante que se transforma constantemente e reserva

⁶ Butler (2003) se baseia na conceituação foucaultiana de poder. Para Foucault (2015) o poder não funciona como uma ordem absoluta que diz não, mas antes é produtivo, porque produz aquilo que lhe é necessário para sua própria manutenção, como saberes, práticas, corpos, sexualidades etc. Além disso, o poder tem na resistência sua medida exata, um depende do outro para existir (FOUCAULT, 2015).

⁷ Mudança nos padrões corporais femininos datados desde o Egito Antigo até os dias atuais demonstrados em um vídeo produzido pelo site Buzzfeed e publicado pela revista Claudia. Disponível em: < <https://claudia.abril.com.br/beleza/video-como-o-padrao-feminino-de-beleza-mudou-ao-longo-da-historia/>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2021.

certos espaços sociais a quem se adequa ou não a tais padrões. Nesse aspecto, é importante ressaltar a dificuldade e o perigo envolvidos no processo de enquadramento e busca pela suposta perfeição para todas as mulheres, sem considerar aspectos sociais, raciais ou mesmo da diversidade de corpos existente.

Isso porque, para uma ampla parcela das mulheres, a prática de mutilação de seus corpos induzida por esses padrões e expectativas sociais ligadas ao gênero e a feminilidade, ocasiona, de certa forma, um esforço de negação identitária. No caso das mulheres negras, existem formas sutis de violação e imposição – chamadas de microagressões, como a técnica de alisamento de cabelos, filtros de redes sociais que embranquecem a pele e afinam traços, entre outros. Estas se instalam no imaginário social como uma prática comum na vida cotidiana, reforçando alguns traços e padrões estéticos e renegando outros que não se encaixam. Isso pode levar as mulheres negras a questionarem suas próprias características físicas e negarem quem são.

3. Mulheres negras sob a perspectiva dos marcadores corporais sociais

A imposição de um padrão estético branco eurocêntrico sobre o corpo das mulheres, tida como uma herança histórica resultante do processo de colonização, torna-se um martírio para muitas mulheres. Trazendo para a realidade das afrolatinas, que possuem traços, características e heranças históricas totalmente diferentes, atender a atributos contrários se torna uma busca pelo impossível, podendo ser alcançada com muita dor, ainda assim quando há condições de atender a esse processo. Aqui, além do quesito beleza, temos também a construção de uma identidade miscigenada, materializada num corpo negro e latino em um universo que historicamente perpetua a supremacia branca, muitas vezes de forma velada. Num país como o Brasil, a herança escravista, a migração e outros aspectos históricos fazem da negritude e da latinidade duas verdades inseparáveis que moldam o corpo da mulher brasileira. Entretanto, a percepção de seus corpos está atrelada aos lugares destinados à essas mulheres, que são, por sua vez, determinados sob um racismo estrutural e estruturante. Como traz Sueli Carneiro,

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral, e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira,

porque o modelo estético de mulher é a mulher branca (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Durante o festival Latinidades, em julho de 2015, a pesquisadora e professora Yaba Blay⁸ afirmou que “a estrutura social é determinada pela exaltação do branco – sendo associado a tudo que é belo, enquanto tudo que remete à negritude é visto como feio, negativo”. Podemos observar tal exaltação em situações cotidianas, como no mercado de trabalho, no sistema de saúde, penal e, principalmente, no que é socialmente aceito como belo. Além da construção social de feminilidade e a posição de inferioridade atribuída às mulheres pelas categorias de gênero, a criação de padrões estéticos e comportamentos também impõem os corpos de mulheres a determinados locais de subalternidade, sendo cada vez mais complexos quando analisados pelo aspecto da interseccionalidade (CRENSHAW, 2003).

O termo, criado pela professora e ativista Kimberlé Crenshaw nos propõe pensar de forma ainda mais profunda sobre a diferença, visto que considera a associação entre múltiplos sistemas de subordinação interligando raça, gênero, sexualidade, classe social, entre outros. Os diferentes tipos de preconceito e violências estabelecem diferentes posições na hierarquia das relações de poder, pois

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2003, p. 10).

Desse modo, algumas condições impostas às mulheres perpassam o preconceito e vão além do gênero, sendo também atravessadas pelo conceito de raça, sexualidade, padrão estético, classe entre muitos outros. Portanto, quanto mais interseccionado for um corpo feminino, não atendendo aos quesitos impostos, maior a carga de preconceito e violência sofridas. Essa objetificação dos corpos gera um grande desconforto e insegurança em relação a si mesma e à aceitação perante a sociedade, pois cria-se uma relação de dependência em que a autoaceitação, muitas vezes, só se materializa após a aprovação alheia.

A partir do contexto de colonização, a negritude foi subalternizada como ícone de beleza durante anos, e após três séculos de genocídio, injustiças e violências, a pessoa negra ocupou predominantemente os espaços de servidão e objetificação que a inscreve em um contexto de

⁸ Disponível em: <<https://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2015-07/beleza-negra-e-uma-questao-politica-para-professora-yaba-blay>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

negação da própria identidade. Por isso, quando falamos sobre as mulheres negras dentro de um contexto construído por um sistema estruturalmente racista, esse fator se sobressai ainda mais, envolvendo não só a desvalorização, mas a violação desses corpos propriamente dita. Essas mulheres foram submetidas a um lugar de servidão – manual e sexual –, exclusão e exploração excessivos, que infelizmente, é uma das heranças deixadas por tempos tão sombrios.

Um dos exemplos de enquadramento do corpo negro feminino no imaginário social é apresentado por Lélia Gonzales, quando fala sobre a objetificação da negra ‘mulata’:

Não é por acaso que a mulher negra, enquanto mulata, como que sabendo, posto que conhece, bota prá quebrar com seu rebolado. Quando se diz que o português inventou a mulata, isso nos remete exatamente ao fato de ele ter instituído a raça negra como objeto a; e mulata é crioula, ou seja, negra nascida no Brasil, não importando as construções baseadas nos diferentes tons de pele. Isso aí tem mais a ver com as explicações do saber constituído do que com o conhecimento (GONZALES, 1984, p. 280)

Dessa forma, a imagem criada pelo sistema racista sobre a mulher negra determina um controle social baseado nesses estereótipos, de mulata, mãe-preta, doméstica, cozinheira e objeto sexual, para encaixá-las em posições de subordinação. Isso, perpetuado e reproduzido por tantos anos, enraíza-se na mulher negra, que acaba incorporando em sua própria identidade esses marcadores de diferença. Somos seres moldados a partir da perspectiva daquilo que se é e aquilo que é construído socialmente. Como afirma Juliana Borges (2019),

esses processos de desumanização e objetificação marcam os corpos e os sujeitos negros comprometendo, inclusive, sua capacidade de enxergar-se como indivíduos que têm ou devem buscar seus lugares no mundo. Esse passado histórico faz-se presente na memória social (BORGES, 2019, p. 62).

Dessa forma, o corpo não é o modo de ser e estar no mundo, mas o *lócus* em que se inscrevem um conjunto de marcadores identitários em constante mutação. Por isso, é preciso prestar atenção aos modos de produção de sentido, de fala, de poder, de exercício da cidadania e práticas discursivas que moldam as relações e percepções sobre determinados corpos na sociedade, sobretudo os corpos das mulheres negras.

Estar atento a esses modos de produção de sentido é importante sobretudo porque as identidades também podem ser moldadas e atribuídas por terceiros, sendo que “essa identidade para outrem também faz parte do processo de identificação, não sendo nesse caso requerida, mas sim imposta” (SANTOS, 2019, p. 118). E decorrem de ideais normalizados de gênero e/ou raças como superiores a outros, de lugares de subalternidade como resultados de uma

hierarquização das interseccionalidades existentes, ideais reiterados de tal forma que são absorvidos no imaginário social, enraizados e naturalizados na cultura.

Nesse aspecto, para uma mulher negra, desvincular-se de um padrão de submissão que é constantemente reforçado se torna um grande desafio e cria um conflito interno de construção identitária entre aquilo que é determinado pela sociedade e aceito como belo e as características identitárias que elas possuem. Por isso, tentar encaixar-se em determinados locais e padrões inalcançáveis acaba se tornando uma prisão.

Diante disso, reforçar práticas discursivas verdadeiramente antirracistas e antissexistas, que não reforcem padrões estéticos determinantes para julgar ou diminuir, se faz mais do que necessárias num mundo moderno e em constante evolução. Nesse ponto a mídia e a comunicação são lugares privilegiados tanto para construção quanto para desconstrução dessas identidades sociais.

4. Mídias, práticas discursivas e lugar de fala

Partindo da resistência a um padrão estético eurocentrado, a valorização crescente das diferenças, sobretudo em mídias sociais, toma protagonismo e abre novos espaços de diálogo e reflexão, principalmente quando esses espaços de diálogo e reflexão são voltados para pessoas que historicamente tiveram sua trajetória, aparência e poder de fala renegados ou diminuídos – como as mulheres negras. Ou seja, a ligação entre as mudanças sociais que afetam os indivíduos e as transformações pessoais que interferem nos grupos sociais, modificam toda a estrutura e transformam o entendimento sobre o lugar que cada um pode pertencer.

As mídias tradicionais e digitais possuem grande influência sobre a perpetuação de práticas discursivas. O amplo poder de diálogo, posicionamento, perpetuação de ideias e conhecimento oferecidos por tais canais de comunicação é indiscutível. Vemos, hoje, um grande aproveitamento dos espaços virtuais para despertar a consciência em detrimento das diferenças e sua importância, além de ser um canal onde os próprios usuários são consumidores e produtores de conteúdo (TERRA, 2009).

Determinadas falas que partem do aspecto macro – atingindo grande parte da população através dos meios de comunicação de massa –, impactam a vida de diversas pessoas que se encontram em lugares de subalternidade e/ou esquecimento social. Segundo a definição dessas práticas discursivas midiáticas e o seu amplo poder de impacto, Flávia Martins dos Santos aponta que

As práticas discursivas midiáticas constituem-se há muito tempo como um espaço privilegiado de circulação de sentidos e da representação de identidades e práticas sociais, podendo conduzir tanto à naturalização destes quanto, especialmente em tempos recentes, no seu questionamento (SANTOS, 2019, p. 114).

Sendo assim, compreendemos que existem diferentes formas de atuação para tal prática diante de sua amplitude, mas que, de um modo ou outro, a circulação de sentidos a respeito da construção de identidades e práticas sociais faz-se presente. Portanto, as estratégias de produção de sentidos são capazes de classificar as pessoas em determinados campos sociais sob a perspectiva de gênero, sexualidade, raça e diversos outros aspectos que reclusam tais pessoas à determinadas oportunidades e lugares sociais.

Segundo Silva, quem detém o poder de representação detém também o poder de definir identidades. As práticas discursivas produzidas pela mídia tradicional em novelas, propagandas e telejornais reforçam o poder simbólico, capaz de confirmar a visão de mundo sobre determinados grupos sociais, sendo nesse caso, as mulheres negras. Isso porque “o poder está na legitimidade que é conferida à palavra pelos que a emitem e pelos que a recebem, e não apenas na informação que carregam.” (SANTOS; BORGES, 2018, p. 45). Ou seja, tais práticas discursivas midiáticas criam e reforçam os estereótipos e marcadores identitários apresentados ao longo deste trabalho, como forma de amparar e manter as desigualdades pelo viés de raça e classe, por exemplo. Em contrapartida, temos canais como a Internet e as mídias sociais, podem utilizados para oferecer amparo e destaque ao lugar de fala das mulheres negras, que ganham maior espaço e visibilidade.

Na era digital, com o surgimento de influenciadoras digitais e maior ascensão de vozes negras de destaque, como Gabi Oliveira – do canal DePretas –, Joice Berth – colunista Elle Brasil, Nataly Néri – cientista social e influenciadora digital, Luana Génot – diretora executiva ID_BR, publicitária e colunista Ela O Globo, Carla Akotirene – doutoranda em Estudos Feministas pela UFBA e colunista Vogue, Juliana Borges – escritora e colunista Claudia, temos como exemplo mulheres que registram e disseminam a resistência feminina e negra a partir da Internet, sendo capaz de criar novos espaços e lugares de fala que contestam a supremacia branca eurocentrada e dão espaço ao que sempre fora silenciado: o corpo negro feminino.

Conforme afirma a mestra e filósofa Djamilia Ribeiro, o “lugar de fala” é um conceito que traz consigo a importância de produzir narrativas de acordo com a forma que se vê e ocupa o mundo, trazendo visibilidade e buscando quebrar a condição estrutural de silenciamento, especialmente de pessoas negras. Desse modo, a criação de “lugares de fala” atua como uma forma de resistência contra o lugar de objeto de opressão (RIBEIRO, 2017, p.48) e também

contra a imposição de padrões de comportamento e beleza sobre as mulheres negras frutos do racismo e sexismo. Desse ponto, criar lugares de fala que resistam ao discurso da mídia hegemônica, como no caso das mulheres mencionadas, é uma forma reforçar a “afrocentricidade” e abrir espaço para outro olhar sobre seu próprio corpo e o resgate da memória africana para as mulheres negras.

O lugar de fala das mulheres é, ainda, tão raro que, quando oportuno, há uma certa disputa entre as próprias mulheres para adentrar às discussões e garantir seus direitos. Nestas ocasiões, a mulher negra sempre foi silenciada e inferiorizada, relegando à segundo plano sua voz e seus direitos.

Mesmo durante a luta feminista, a soberania de uma classificação de gênero sobre a racial imperou na América, pois o estatuto social entre as mulheres negras e brancas nunca fora o mesmo devido às opressões sofridas por cada grupo – a mulher branca nunca vivenciou a opressão racial a qual a mulher negra sempre fora submetida (hooks, 1981). A visão sobre a mulher negra era – e ainda é – diferente do que se tem da mulher branca. A percepção, a aceitação nos espaços, o poder de voz e outros olhares sociais sob esses corpos são totalmente diferentes. Nesse aspecto, Djamila Ribeiro afirma que,

A mulher negra estava a parte do movimento feminista e suas demandas e pautas estavam ausentes, ao se falar sobre raça o sujeito é o homem negro, ao se falar sobre gênero o indivíduo é a mulher branca. E a mulher negra não é branca e nem homem, perdendo a si mesma, ela é colocada como ‘o outro do outro’ (RIBEIRO, 2017, p. 40-41)

Desse ponto, ser uma mulher negra é e sempre foi uma questão política. O surgimento do feminismo negro trata exatamente sobre esse “grupo específico de mulheres que sofrem, para além dos problemas e estereótipos de gênero, com problemas e estereótipos de raça, refletindo sobre as particularidades das experiências e vivências” (SANTOS; BORGES, 2018, p. 40) para corrigir as desigualdades e subalternizações entre as próprias mulheres.

Mesmo que atualmente, no Brasil, já contemos com certa representatividade e vejamos uma luta antirracista, os corpos de mulheres negras ainda são hipersexualizados e têm sua beleza questionada com base nos padrões brancos construídos socialmente e naturalizados na nossa cultura.

Esse padrão é vendido nos produtos que clareiam a pele, nos procedimentos estéticos que mutilam corpos e afinam traços, na imposição do alisamento dos cabelos e nada mais fazem

do que se aproveitar da “afroconveniência”⁹, sem se preocupar necessariamente com a negritude e suas questões. Ele opera um projeto baseado na individualidade que classifica o/a negro/a e reserva, com base nesses critérios, determinadas condições e oportunidades. Em todo caso, como mencionado, novas possibilidades discursivas de autoaceitação, de expressão e celebração das identidades pretas podem ser uma possibilidade para desconstruir esse padrão.

5. Construção de identidades a partir das mídias e o YouTube como possibilidade de novas narrativas

O YouTube se tornou uma das maiores plataformas de streaming com mais de 105 milhões de acessos mensalmente¹⁰. Criado em 2005, a rede cresce a cada dia conforme os usuários se tornam produtores e consumidores no ambiente digital. Hoje, existem milhares de canais que servem como espaço de expressão para abordar discussões e debates importantes. Assim, a plataforma se torna um ambiente virtual de construção de identidades, narrativas e diálogos, em que os usuários produzem conteúdo, comentam nos vídeos e os compartilham. A partilha de mundos particulares se funde com o livre acesso à plataforma, que conecta pessoas ao redor do mundo tornando-se um espaço para expressão de opiniões, desconstrução ou reforço de visões e padrões estabelecidos socialmente.

A youtuber Gabi Oliveira, formada em relações públicas e dona do canal DePretas com mais de 624 mil inscritos, utiliza o espaço e suas redes sociais para levantar pautas sobre negritude, feminismo negro, autoestima, dicas de beleza e bem-estar, sobretudo por e para mulheres negras. Com um público-alvo e nicho definidos, as pautas levantadas pela youtuber conversam com a realidade das espectadoras, gerando identificação e assim, sendo capaz de influenciar os pensamentos e identidades das mesmas. Desse modo, a vivência pessoal e os posicionamentos declarados pela youtuber são materializados em um conteúdo capaz de alcançar diferentes pessoas, em diferentes localidades, com costumes e crenças particulares. Nota-se, então, que a construção de uma identidade pessoal é transmitida e ampliada pelas redes digitais, influenciando outras identidades e criando um senso de coletividade – podendo ser visto nos movimentos, causas, grupos e fãs nesse meio cibernético.

Esse diálogo contínuo é capaz de gerar novos olhares sobre aspectos e grupos sociais que nunca tiveram tamanho protagonismo, sobretudo pelo silenciamento e inferiorização

⁹ Termo utilizado por Nelson Inocêncio na matéria “A pauta é afrodescendência, afroconveniência”, pelo jornal Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2020/10/4885893-a-pauta-e-afrodescendencia-afroconveniencia.html>. Acessado em 12 abr. 2021.

¹⁰ Disponível em: <<https://vejario.abril.com.br/cidade/105-milhoes-brasileiros-mes-youtube/>>. Acesso em 19 de maio de 2021.

constantemente reforçados pelos estereótipos de gênero e raça, padrões estéticos e mecanismos de poder. Em seus vídeos, a youtuber propõe uma ressignificação da própria trajetória enquanto mulher negra, a qual é observada e desconstruída por novas perspectivas sobre o que é beleza, o que é ser mulher negra na sociedade e quais lugares são reservados à essas pessoas. A pretensão de determinada aparência para ocupar os espaços públicos, tanto físicos quanto online, ainda é uma realidade presente e normalizada no cotidiano. Com a quebra desse imaginário em sua própria vida e compartilhado através das redes digitais, é possível notar uma lenta, mas progressiva e possível mudança em tais paradigmas, acentuados pelo poder e amplitude oferecido pela Internet.

Enquanto mulher negra, Gabi Oliveira apresenta a realidade de mulheres negras por meio de sua vivência, desconstruída por anos de autoconhecimento e reflexão sobre sua própria existência em uma sociedade racista. Por meio dos três vídeos analisados, foi possível refletir sobre diferentes aspectos, como relacionamentos, autoaceitação e amor próprio.

No vídeo “Tour pelo meu rosto”, a youtuber desperta a voz de mulheres negras quando cita características pessoais semelhantes, como “olhos escuros da cor da noite”, “boca grande”, “nariz largo”, “cabelo crespo”, expressando também a dor do preconceito com ofensas que sempre ouvira desde criança, como “nega maluca” ou como “as pessoas sempre preferiram os olhos verdes”, exemplificando situações comuns de preconceito que sempre fizeram parte desse cotidiano. Tais repertórios demonstram como a relação entre aceitar os seus próprios traços faciais e sua pele, que nunca foram aceitos ou representados nos espaços, criam conflitos na formação da própria identidade e autoimagem.

Como consequência, o processo de autoaceitação influencia diretamente nas relações afetivas exposto no vídeo “Solidão da mulher negra”. As reflexões a respeito de quantas mulheres negras vivem como mães solo, as dificuldades em encontrar um relacionamento verdadeiramente duradouro e o que esses fatos trazem sobre a herança da escravidão, da mulata para importação, da ama de leite e da empregada (GONZALEZ, 1984, 224), são fundamentais para ressignificação dessa narrativa. O modo como esses estereótipos normalizam a falta de amor para as mulheres negras, que não se veem merecedoras desse afeto, é apresentado no vídeo através de relatos pessoais que geram identificação com o público.

Por fim, os casos reais apresentados no vídeo “Porque pessoas negras estão clareando a pele” remetem diretamente ao preconceito vivido ao longo da história e aos padrões estéticos reforçados pela indústria de cosméticos e pela mídia, incidindo ao auto-ódio e automutilação. Enquanto mulher negra, Gabi Oliveira relata em seu canal como um dia também se questionou

sobre a sua pele e seus traços, mas ressignificou esse olhar após longas reflexões sobre sua origem e história.

Dessa forma, as conversas mantidas pelas redes sociais transformam e ressignificam anos de história e dor para as mulheres negras, que se apropriam cada vez mais de seus locais de fala, com empoderamento e representatividade e estimulam outras/os usuários a fazer o mesmo. Mesmo em meio ao preconceito interseccional que ainda gera insegurança, o caráter mutável das identidades segue evoluindo e aderindo a novos olhares sobre o que é ser mulher negra.

Considerações finais

Apresentamos este trabalho como uma forma de observar, analisar e refletir sobre as diversas construções de identidade no meio social, que se materializam e definem a percepção sobre determinado grupo de pessoas no imaginário social. Assim, segundo o foco do nosso estudo sobre a mulher negra, discutir acerca do lugar que elas ocupam, hoje, é importante para que consigamos problematizar o racismo estrutural e a imposição de determinados padrões de beleza que compõem o sistema e as grandes indústrias, sobretudo os contextos midiáticos.

Foi possível notar como os locais de fala e as identidades das mulheres negras, historicamente baseadas em ideais racistas e sexistas, hoje podem ser ressignificadas pelo protagonismo negro feminino, sobretudo na Internet. Gabi Oliveira do canal DePretas no YouTube, traz uma narrativa fundamentada no feminismo negro como uma forma de aceitação dos seus próprios traços e empoderamento feminino para outras mulheres.

Analisar o conceito de identidade, diferença e cultura a partir da narrativa da mulher negra permitiu compreender o processo de construção de estereótipos que inferiorizam a estética negra, que ocasionam a negação do seu próprio eu e de seus traços culturais e estéticos por um padrão dito como ideal.

No quesito identidade, tratamos de maneira geral como se formam os indivíduos, e de maneira específica, como essa formação social recai sobre os corpos de mulheres negras, cuja existência perpassa pelas noções de beleza e recaem sobre uma questão política. Ou seja, ser uma mulher negra em um país racista, por si só, já é um ato de coragem e resistência. Superar, portanto, os desafios diários e ainda, ter orgulho de seus traços em meio à uma pressão estética que reafirma diariamente que seu lugar de fala seria apenas o de submissão, requer uma força tremenda que somente a ancestralidade seria capaz de proporcionar.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. Editora Jandaíra; 1ª edição, 2019.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Edição Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003 – 1ª Edição.
- GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, Rio de Janeiro, 1984.
- HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade/** tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de janeiro: DP&A, 2006.
- hooks, bell. **E não sou eu uma mulher – Mulheres negras e feminismo**. 1981. In: Plataforma Gueto. Rio de Janeiro, 2014.
- JUNIOR, Roberto Sales. **Democracia racial: o não-dito racista**. IN: Raça e justiça: o mito da democracia racial e racismo institucional no fluxo de justiça. Recife, UFPE, 2006.
- LE MOS, André. **Cibercultura como território recombinate**. Transcrição revisada da conferência ministrada no evento “Territórios Recombinantes”, Instituto Goethe (ICBA), Salvador, 2006.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Povo Brasileiro**. Editora Paz e Terra S/A, Rio de Janeiro, 1978.
- RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte, MG. Editora Letramento: Justificando, 2017.
- SANTOS, Flávia Martins dos; **A invenção do saudável: práticas discursivas midiáticas sobre os corpos das mulheres**. In: Programa de Pós Graduação Strito Sensu em Psicologia PUC Goiás, 2019, Goiânia.
- SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.
- SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Edição Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, 1970.
- TERRA, Calorina. **Usuário-Mídia: o quinto poder. Um estudo sobre as influências do internauta na comunicação organizacional**. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas - Abrapcorp, 3, 2009, São Paulo, SP. Anais (on-line). São Paulo: Abrapcorp, 2009. Disponível: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2009>. Acesso em 12 de agosto de 2021.